

FUGITIVOS OU DEPORTADOS: PERCURSOS E EFEITOS DA CIRCULAÇÃO DE “AGITADORES INDESEJADOS” NO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO

Sílvia Regina Ferraz Petersen. Depto.de História da UFRGS

Spetersen@orion.ufrgs.br.

O tema integra a pesquisa “*A contribuição das historiografias e das fontes regionais para a configuração de um panorama nacional (e internacional) da experiência do movimento operário no Brasil*” (bolsa CNPQ), que examina novas possibilidades de análise da história operária no Brasil, transpondo os tradicionais recortes locais. Esse objetivo está sendo perseguido por duas vias: a circulação da imprensa operária e a circulação dos militantes. Investigar as evidências, modalidades e resultados da circulação nacional e às vezes internacional dos militantes e de suas idéias é um método através do qual se pode observar, para além de expressões localistas, a unidade nacional da experiência operária no Brasil. Não se pode esquecer que mobilidade dos militantes foi um traço do contexto das revoluções sociais de meados do século XIX às primeiras décadas do XX. São inúmeros os exemplos da frequência com que revolucionários, pensadores sociais, militantes operários se deslocam por diferentes países, inclusive além-Atlântico, fugindo de perseguições ou voluntariamente, tendo sempre no horizonte o ideário social. A circulação foi também relevante na experiência operária brasileira e sua investigação ajuda a colocar em relação realidades aparentemente inconexas.

Uma via para buscar evidências de circulação foi a reunião de fragmentos locais das biografias de militantes. Alguns deles, por circunstâncias diversas, foram objeto de trabalhos biográficos, através dos quais se observam os inúmeros deslocamentos que realizavam pelo Brasil e exterior, sua inserção e ativismo nos meios operários dos locais onde chegavam, inclusive colaborando na imprensa. Em outros casos, foi preciso juntar informações biográficas dispersas em várias fontes, referentes à atuação do referido personagem em uma determinada conjuntura da história operária local. Enfim, a circulação destes militantes é uma demonstração clara de que há processos que ultrapassam os limites locais do movimento operário. É provável que o caráter internacionalista do mesmo tenha sido uma das razões dessa surpreendente mobilidade que vinculava o sul e o nordeste ao centro do país, o Brasil à Europa ou aos países latinos, mas certamente há outros desencadeantes de circulação. Em alguns casos, ela também se relacionava à ação patronal, que perseguia “agitadores perigosos”, impedindo que conseguissem emprego no local onde atuavam. Tais foram os casos de Antônio Nalepinski no Rio G. do Sul e Pedro Augusto Mota no Ceará, ambos obrigados a se deslocarem para São Paulo, onde tiveram militância destacada sem perder os laços com seus respectivos estados, como foi a coluna “*Ceará Socialista*” que Mota mantinha no jornal *A Plebe*. Outros indícios de circulação se encontram na participação em congressos, para os quais convergiam representantes de entidades regionais, levando depois recomendações que eram assumidas em diferentes pontos do país, ou na realização de campanhas de solidariedade a diferentes causas, que se multiplicavam por capitais e cidades do interior, divulgadas pela imprensa, comícios ou atos de solidariedade, criando assim uma espécie de “unidade na diversidade”. Tal foi o caso das campanhas anti-militaristas e dos protestos à condenação de Francisco Ferrer ou Sacco e Vanzetti, para citar exemplos que comoveram e integraram os meios operários das mais diferentes regiões do Brasil. A circulação também esteve relacionada às profissões de algumas categorias: calceteiros, ferroviários, trabalhadores embarcados etc. desempenhavam, por força do ofício, esse papel de pôr em contato os diferentes segmentos do movimento operário, embora a ação desses agentes, como é fácil entender, tenha permanecido em um maior anonimato. Considero que a modalidade mais destacada de circulação foi a dos “agitadores indesejados”, deportados, fugitivos e clandestinos. Mesmo no limite dos casos analisados (que dividi em deportações anteriores a 1917, as decorrentes da conjuntura das greves de 1917-1921 e as deportações para Clevelândia) é impressionante o número de militantes que circularam pelo país e pelo exterior. Alguns

deles deixaram testemunhos que permitem acompanhar não só o trajeto, como as relações que estabeleciam, as trocas que efetuavam, as ações solidárias com que se protegiam e reafirmavam suas convicções, mesmo em meio a tremendos sofrimentos físicos e psicológicos. A preocupação com a divulgação destes acontecimentos e com o destino dos desaparecidos, em denunciar as injustiças a que eram submetidos, em encontrar formas de organização que permitissem ajudar esses companheiros, foi um traço permanente e comum ao movimento operário no Brasil, onde quer que estivesse organizado. A imprensa operária teve um papel fundamental nesse sentido, acompanhando o desfecho de muitos desses casos, articulando movimentos de resistência e ações de solidariedade entre vários locais e organizações operárias. Também fica evidente a concepção pedagógica que os militantes possuíam de sua ação, aproveitando as perseguições, fugas, prisões e deportações como oportunidades de refletir sobre os males da sociedade que queriam transformar, como experiências que deveriam discutir e se possível incorporar coletivamente para levar adiante a luta. Assim, os desteros para a Europa ou as deportações para a Clevelândia foram interpretados como mais um aspecto da luta, e os sofrimentos, assumidos como algo mais que uma simples provação. Durante as viagens, prisões ou fugas, fica evidente que os militantes tratavam de estabelecer comunicação com companheiros e entidades operárias dos locais em que aportavam. Exemplos disso foram os contatos de Florentino de Carvalho e Antônio Nalepinski com trabalhadores da União dos Operários Industriais do Mundo em Nova York, que os visitaram no asilo de imigrantes onde ficaram retidos antes de regressar ao Brasil ou a preocupação de Everardo Dias, recém-chegado a Recife depois um périplo insano por portos da Europa, em visitar entidades operárias e jornais daquela capital ou ainda a reunião, na colônia penal de Clevelândia, de Domingos Passos, vários outros militantes e alguns colonos locais para realizar ato de protesto contra a exploração capitalista e estatal e saudar o 1º de maio, entoando os hinos *A Internacional* e *Filhos do Povo*.

A seguir tratarei resumidamente das prisões/ fugas/ deportações, que geralmente são analisadas desde a perspectiva da repressão. Na pesquisa, a repressão é vista também como indicadora de uma forma de circulação- no caso involuntária- que os militantes operários realizavam tanto território nacional como na Europa e países platinos. Não tratei das circunstâncias históricas onde elas ocorrem, pois já estão trabalhadas na historiografia. Quanto às fontes, além de algumas coleções de jornais, onde acompanhei mais sistematicamente as notícias das deportações (*A Plebe/ S. Paulo, A Voz do Trabalhador/ COB e O Sindicalista/ FORGS*), examinei alguns números de jornais de Pernambuco, R. de Janeiro, Pará, Amazonas, Bahia e Ceará; os livros de Edgar Rodrigues, preciosos por informações procedentes de fontes às vezes já inacessíveis; autobiografias e memórias do exílio produzidas por militantes e, embora de mais difícil acesso, os processos de expulsão. Também busquei dados sobre as deportações e vida dos deportados na bibliografia sobre o movimento operário voltada para outros temas, onde destaco teses e dissertações sobre a história operária em estados até então pouco investigados, como a Bahia, Ceará, Pará e Paraíba.

Em um país onde a questão social era caso de polícia, entende-se que a repressão fosse a forma de tratamento dos conflitos operários, o que obrigou muitos militantes a fugirem precipitadamente para escapar da prisão. Mais institucional foi o efeito das várias leis de expulsão de estrangeiros indesejáveis, promulgadas e executadas em diferentes momentos. A deportação foi um instrumento poderoso, já que os estrangeiros tinham forte influência no movimento operário e as leis de deportação mantinham a fachada de legalidade jurídica, tão cara aos setores urbanos que se modernizavam. O deportado muitas vezes saía com a roupa do corpo e sem o conhecimento da família. Se retornasse ao Brasil, estava sujeito à prisão e julgamento e, se condenado, receberia uma pena de alguns anos de reclusão. Apesar disso, vários deportados retornavam incansavelmente, após cada expulsão, reforçando a hipótese da relevância da circulação. Também havia prisões de militantes que, por exemplo chegavam de diferentes estados para participar de Congressos, manifestações, etc. e eram colhidos por algum acontecimento local que ativara a ação da polícia. Então ficavam presos no lugar de chegada, configurando, mesmo que temporariamente, uma espécie de

deportação. Outra modalidade foi a transformação de navios em “prisões ambulantes” que transportavam os deportados para locais pré-definidos, como o Oiapoque, ou para o exterior, onde tentavam desembarca-los. Se não conseguiram, novos e penosos deslocamentos aguardavam os presos até que a pena fosse cumprida ou uma medida judicial ou fuga os libertasse.

Abordarei resumidamente o caso de Everardo Dias que nasceu na Espanha mas viveu desde os dois anos no Brasil. Com longa trajetória de militância, foi preso em S. Paulo em outubro de 1919, levado a Santos e daí ao R. de Janeiro, onde com outros deportados foi embarcado rumo à Europa. A narrativa de seu périplo está em suas *Mémórias de um exilado. Episódios de uma deportação*. (1920), que usei aqui para apontar apenas o percurso e algumas experiências de organização, solidariedade e discussão doutrinária vividas por aqueles companheiros de infortúnio. Na partida, um deles grita: “*Camaradas, entoemos a ‘Internacional’*”. *E rodeados de passageiros, curiosos de conhecer as personagens esquisitas que o navio esperou tantas horas, o grupo dos deportados rompe com o canto da ‘Internacional’ - e é com essas estrofes vigorosas e impressiontes que o Benevente levanta ferro e deixa com lentidão a baía da Guanabara...*” No navio havia outros passageiros, curiosos sobre os embarcados: “*Desejam saber quem somos afinal. Cada companheiro se encarrega de os esclarecer. São quase todos alemães, dos navios que o governo apreendeu, que seguem para as terras de origem, saudosos da família e dos amigos... Quase seis anos fora, sem notícias, sem recursos, considerados prisioneiros de guerra, internados numa ilha, sofrendo uma interdição rigorosa (...). Ao saber que somos deportados por questões sociais, mostram-se confiantes e amigos, pois de começo supunham que éramos criminosos vulgares, que o país expulsava como medida saneadora. Entre nós surgem as primeiras dificuldades. Quem se encarregará de guardar os pratos, as colheres e as canecas de folha para as nossas refeições? (...) Quem irá buscar o rancho às horas estipuladas e o pão de manhã? Resolve-se, então, fundar a **comuna**: cada dia três do grupo terão a incumbência de ir buscar o pão de manhãzinha, o almoço e o jantar e lavar os respectivos pratos e colheres. Somos vinte e três. Toca, a cada um, uma vez por semana, fazer a ‘faxina’. Começamos a tratar conhecimento mútuo. Cinco são do Rio, seis de S. Paulo e os restantes de Santos, de S. Bernardo e do Alto da Serra. Quando aportaram na Bahia, conseguiram enviar notícias aos familiares e amigos de São Paulo, mencionando as terríveis condições em que se encontravam. Relata Dias que “À noite, reunida a ‘comuna’, já em alto mar, canta-se a ‘Internacional’ e ensaia-se a ‘Canção Vermelha’, ‘Filhos do povo’, etc”. Em 5 de novembro chegam a Recife, o que foi noticiado pelo *Hora Social* daquela cidade. Dias conta que no reembarque foram cercados da simpatia dos populares: “Ao passar por certa ponte, do parapeito, um rapaz moreno e simpático desdobra um jornal e finge que olha a última página. O título é perfeitamente legível: ‘Spartacus’! Ao perceber que o vimos, dobra lentamente o jornal, tira o chapéu e perde-se entre os demais populares. Estas provas de recatado afeto e de muda solidariedade comovem-nos até as lágrimas. Por sua vez, os policiais mostram-se mais humanizados. Não se apresentam tão rudes e asperos no trato.” Depois de levantar ferros, “o comissário manda chamar o Alonso e entrega-lhe uns embrulhos: são uns exemplares da ‘Hora Social’, vários pacotes de fumo e um ofício contendo 170\$ em dinheiro. A importância é distribuída por quatro deportados que vem sem recursos; o fumo e os jornais pelos que fumam e lêem... Uma salva de palmas sauda os valentes e dedicados companheiros pernambucanos e em seguida o corpo coral da ‘comuna’ entoia os hinos impetuosos e vibrantes da ‘Internacional’ e dos ‘Filhos do Povo’.” Sobre o dia-a dia da viagem, relata: “Os alemães ensinam-nos a ser previdentes. Eles lavam sua roupa, cuidam meticulosamente de nada estragar tanto calçado como vestuário. Imitamo-los. Juntamos a roupa suja e aprendemos a lavar... É preciso habituar-se a tudo. Na resignação e na pertinácia reside doravante a nossa força.” (...) “Depois do chá, às 19 horas, os alemães, que tem um orfeão sofrível, cantam rapsódias germânicas. O orfeão da ‘comuna’ canta, em seguida, os seus hinos revolucionários. Assim, as noites passam mais distraídas, amenas e agradáveis”. Quando chegaram à Ilha da Madeira, foram*

aprisionados no porão, “*mas mesmo assim, arranjamos meio de escrever postais e entrega-los a alguém para por no correio*. Em novembro, o navio chegou à Lisboa e os companheiros portugueses entraram com suas roupas e objetos. Todos se despediram: *Abraçamo-nos, numa comoção intensa e veemente, desejando, mutuamente, que nada de mau nos suceda...*”. Desembarcados os portugueses, os demais, molhados pela chuva, são encarcerados no porão. “*A humidade, proveniente do chuvisco, constipou-me, produzindindo-me febre, prenúncio seguro de influenza. Vou para o leito com tremores e dor de cabeça*”. Não recebem café nem almoço dos policiais portugueses. Conseguem jornais do dia por gentileza de um tripulante. O navio prossegue em direção a Vigo, o frio aumenta e Dias continua doente: “*São os companheiros que tratam de mim*.”(...) “*Estamos desolados. O ‘Benevente’ vai até Roterdam, na Holanda e é possível que daí vá aos Estados Unidos! Mais quatro ou cinco meses de navegação! Quem resistirá a bordo, sem dinheiro, sem agasalho nem conforto, nos meses mais crus do inverno?*. De Vigo, rumam ao Havre. “*O navio perdeu a sua animação habitual: os próprios alemães se conservam graves e recatados. Todos trazem boas roupas de inverno, grossas, felpudas, aquecedoras. Vendo-nos friorentos, encolhidos, intanguidos, falam cheios de comiseração:- Vocês não resistem ao frio destas terras com vestimenta assim. Falem com o comandante para que lhes consiga fatos adequados. É uma desumanidade como estão procedendo*. O comandante os aconselha a fazer uma petição ao consul brasileiro no Havre por roupas quentes. Aguardando a resposta (que não houve), sofrendo “*frio horrível que nos inteiriça os músculos e enche de caimbras as nervaturas das pernas e dos braços*”, Dias conclui que querem assassina-los a bordo. No entanto, relata: “*Alguém todavia se interessa por nós: são os cabos de máquinas e diversos taifeiros. Ao verem que passamos frio e a alimentação é inferior, os primeiros oferecem-nos, com uma amabilidade e uma insistência que cativam, o seu alojamento para ali passarmos o dia abrigados da intempérie e fazem questão de que à hora das refeições, compartilhemos da sua boa e succulenta mesa. Que homens dignos e obsequiadores-esses cabos! Nada comem sem conosco repartir e quando não estamos presentes, reservam cuidadosamente uma parte para nos oferecer...*”. “*No Havre conseguimos comprar papel e escrever à família e aos amigos. Referimos tudo que nos aconteceu na viagem, desde a Bahia*.” Em 15 de dezembro atracam em Antuérpia, onde Dias observa as condições de trabalho dos estivadores, incomparáveis aos métodos de exploração que sofriam os do porto de Santos. Quando chegam a Roterdam, “*venta com violência e o frio é horrível*. Os alemães desembarcaram e foram para suas terras. O navio ficou deserto, apenas a tripulação, Dias e dois companheiros, deprimidos pela passagem do Natal longe das famílias. Os taifeiros fazem uma festa e os convidam: *Enfeitaram com capricho e elegância o seu alojamento. Ao centro, uma grande mesa, na qual vai ser servida a ceia. Esta corre com a maior efusão e confiança: há aí qualquer coisa de familiar, de enternecedor e impressionante. Um gramofone substitui a orquestra. A bordo há uma dama, uma senhora que serve nos camarotes de primeira classe e a quem devo o inestimável obséquio de haver-me dado a folha de papel em que escrevi minha primeira carta... É ela o alvo da preferência dos dançarinos*. Depois de boatos de que zarpariam para os Estados Unidos, o *Benevente* deixa Roterdam e inicia, em 1º de janeiro de 1920, o retorno ao Brasil. Pouco depois, o capitão lhe comunica que o governo brasileiro resolvera permitir seu regresso. Sem entender o que se passara, preocupado com os dois companheiros desembarcados em Vigo e sem notícias dos familiares, chega na Ilha da Madeira e depois a Pernambuco. Aí “*uma numerosa comissão constituída de membros de todas as associações obreiras pernambucanas e redatores do insuperável órgão operário ‘A Hora Social’ vem buscar-me, abraça-me afetuosamente e conduz-me para a sede da Construção Civil, onde vai se realizar uma sessão em regozijo pela minha volta. (...) informam-me fragmentariamente dos discursos formidáveis de Maurício de Lacerda na Câmara, tão formidáveis que ocasionaram a revogação do ato de minha expulsão. -Foi uma vitória estupenda! dizem-me. E para ela muito contribuiu sua filha Ignez... Corajosa menina!...*”) A Maçonaria também interveio a seu favor. O Grão- mestre Thomaz Cavalcanti tomou atitude decidida na Câmara e tratou da sua expulsão pelo lado constitucional, demonstrando o erro

do governo no seu caso, já agora célebre (...) Durante os três dias em que o navio esteve fundeado no Recife, o operariado e os meus amigos excederam-se em gentilezas para comigo. Generosos e nobres companheiros! Não me ocorriam palavras com que exprimir minha alegria e a minha gratidão por todas essas provas de quente solidariedade.” Os companheiros o hospedam e o levam para visitar a cidade e as redações de jornais. Entre suas observações, Dias destaca que “as associações de classe estão bem instaladas e funcionam em locais adequados. O elemento estrangeiro é nulo. Pois bem: esse operariado retintamente nacional denota mais consciência e mais entusiasmo que o próprio operariado ‘estrangeiro’ de São Paulo!...Isso, para mim, foi uma revelação.” Em 5 de fevereiro, Dias foi recebido pelos amigos no R. de Janeiro. O périplo de Dias e seus companheiros foi objeto de inúmeras matérias jornalísticas, em diferentes estados e no exterior. Assim, o jornal português *A Batalha* publicou um artigo indignado de Astrojildo Pereira: “Everardo chegou ao Brasil com 2 anos de idade, não poderia ser considerado estrangeiro e muito menos malfeitor”. A ampla divulgação dá idéia do impacto que provocou a história destes deportados. Ao regressar, Dias publicou suas *Mémórias de um exilado*. Participou dos movimentos de protesto contra as arbitrariedades do governo e por isso foi preso muitas vezes nos campos de concentração de Arthur Bernardes nas Ilhas Rasa, Flores, Bom Jesus e Trindade. Depois cumpriu pena nos presídios da Ilha das Cobras e Casa de Correção. Mais tarde ingressou no PCB. Faleceu em 1966, pouco depois de publicar a sua *História das lutas sociais no Brasil*.

Embora as prisões, doenças e porões dos navios freqüentemente fossem fatais, os trajetos longos, passando por vários portos e os confinamentos reuniram militantes de várias procedências e propiciaram o desenvolvimento de formas de solidariedade e de artimanhas que aproveitavam conjunções particulares e fendas abertas na repressão e vigilância. Também a prisão ou a viagem para o exílio era uma oportunidade- embora dramática- para a troca de informações e se pode supor que a situação do movimento operário de diferentes locais fosse aí discutida, com todas suas decorrências doutrinárias e estratégicas. A própria publicação de artigos de alguns deportados em jornais operários, comentando a situação do movimento operário nacional, dá a dimensão de como essa rede de informações era atuante. Diários, cartas narrando as condições do exílio e outras informações que a própria imprensa divulgava são também importantes fontes para entender essas relações políticas e de solidariedade que os deportados construía, ampliando nossa percepção da abrangência espacial do movimento operário brasileiro. Por outro lado, há evidências de que esses militantes logo se integravam às ações do movimento operário nos locais em que chegavam, atuando como uma “correia de transmissão” entre os segmentos estaduais. Finalmente, em vários casos examinados, há uma outra constante que reforça a importância do processo de circulação dos fugitivos ou deportados para a história operária: eles -quando não morreram- prosseguiram na militância após seu regresso, ainda que isso lhes houvesse custado, em vários casos, novas perseguições, prisões e deportações. Concluindo, este estudo permitiu ampliar o foco sob o qual geralmente a história operária tem sido estudada no Brasil: sua *diversidade*. O exame de sua *unidade social*, que priorizei, é pouco explorado. É inegável que houve ao longo dos anos muitas desigualdades na origem e composição da mão de obra e na organização operária, na distribuição regional dos diferentes ramos da indústria, nas relações com o estado e empresários, para citar algumas condições que certamente configuram especificidades locais. Mas na medida em que novas pesquisas vem sendo realizadas sobre o movimento operário fora do eixo Rio-São Paulo e que se coloca a historiografia e as fontes sob o escrutínio de outras perguntas, não só expressões locais tem sido recuperadas, como surgem evidências de dimensões nacionais (e internacionais) desse movimento, o que vem contribuindo para melhor desenhar seu perfil. Ou seja, é preciso pensar para além das singularidades regionais ou da centralidade do eixo Rio de Janeiro-São Paulo para compreender a formação de uma nova classe social, -em seu movimento conjunto, próprio e multifacetado- em um país como o Brasil.